

Escola Superior de Administração e Gestão

CAROLINA DE SOUZA LIMA LORO

**A DESIGUALDADE E O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO
ENTRE 2003 E 2012**

Santo André
2017

CAROLINA DE SOUZA LIMA LORO

**A DESIGUALDADE E O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO ENTRE
2003 E 2012**

Trabalho referente à Monografia II da faculdade
Strong Esags - FGV, como requisito para a
obtenção do título de bacharel em Economia e
aprovação em Monografia II.

Prof. Ms. Raphael José Bicudo Pereira Sobrinho

SANTO ANDRÉ
2017

“Se a igualdade entre os homens - que busco e desejo - for o desrespeito ao ser humano, fugirei dela.”

(Graciliano Ramos)

Agradecimentos

Sou muito grata por toda a credibilidade, apoio e carinho que recebi de meu orientador, Prof. Ms. Raphael Bicudo Pereira Sobrinho, desde o princípio em Monografia I, e até nós momentos em que mais precisei de ajuda das formas mais inesperadas.

Agradeço aos meus pais, Vanderlei e Cássia, por todo o amor e por sempre me apoiarem e se dedicarem ao máximo para que eu pudesse me graduar me dedicando o máximo possível. À minha irmã, Lucyla, por sempre me incentivar e estar presente quando eu mais precisava e a minha tia e madrinha querida, Dinorá, que me auxiliou no início desse trabalho.

Meus agradecimentos também a todos os meus professores e mestres, que através de suas aulas, ao longo desses quatro anos, me trouxeram para um mundo de debates e conhecimentos impagáveis, pelo qual me apaixonei.

Agradeço a Heloïse, por ser minha melhor amiga e minha companheira, por todas as horas que passamos estudando e por todas as horas que passaremos juntas. E também, à toda a minha família e amigos, que sempre estiveram presentes em minha vida e me ajudaram a me formar como a pessoa que sou hoje.

Resumo

As elevadas taxas de desigualdade de renda no país estão presentes há várias décadas. Esta pode ser explicada por diversos fatores: histórico, disparidade nos níveis de educação e qualificação ou até discriminações étnicas e culturais entre os estratos da sociedade brasileira. Contudo, este trabalho visa estudar as flutuações do crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, ou seja, seu desenvolvimento econômico, relacionando-as com a desigualdade de renda do país no período de 2003 a 2012. Este estudo trará um panorama histórico sobre o crescimento e a desigualdade desde meados do século XX, considerando também análises sobre os coeficientes de Gini, discussões teóricas sobre a desigualdade e políticas socioeconômicas para a redução da disparidade social que foram aplicadas no Brasil e outras teorias sobre a mesma.

Palavras-Chave: Desigualdade de Renda; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimentismo.

Sumário

Lista de Gráficos e Tabelas.....	7
Introdução	7
Breve panorama sobre as mudanças econômicas ocorridas no Brasil e a relação destas com as desigualdades sociais a partir de meados do século XX e XXI	9
Os conceitos teóricos de desigualdade e equidade	18
Políticas públicas de redução de desigualdades sociais no Brasil	25
Considerações Finais.....	30
Referências Bibliográficas	32

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráficos

Gráfico 1 Variação da Contribuição do Consumo Final das Famílias no PIB.....15

Gráfico 2 Evolução do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2012 16

Gráfico 3 Pobres e Extremamente Pobres - Linha de Pobreza Baseada no PBSM 27

Tabelas

Tabela 1 Renda Média, Crescimento e Desigualdade nas Décadas de 1960 e 1970
.....10

Tabela 2 Renda Média, Crescimento e Desigualdade nas Décadas de 1980 e 1990
.....12

Tabela 3 Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil23

Introdução

O seguinte trabalho tem como objetivo estudar os efeitos da desigualdade social no crescimento econômico brasileiro no período entre 2003 e 2012, partindo de um viés desenvolvimentista. Seu primeiro objetivo é associar os principais acontecimentos econômicos do país com a desigualdade de renda entre meados do século XX e o século XXI, fazendo assim um breve panorama histórico do Brasil.

Apesar do grande desenvolvimento industrial após a segunda grande guerra, o Brasil não teve sucesso em distribuir os lucros desse período, resultando em uma grande disparidade social, de renda e uma leve diminuição da pobreza no país, dado os ganhos extraordinários, comparados às economias externas, no PIB *per capita*, até a década de 1980.

O milagre econômico brasileiro foi marcado por uma grande transformação na cadeia produtiva da economia do país. Passando de agrícola para industrial, de forma mais estrutural, e com sua mão de obra inclusive sendo transferida de forma rápida para o setor industrial.

Em contrapartida, entre as décadas de 1980 e 1990 é constatado um aumento severo na desigualdade de renda, e aumento da pobreza no país, por conta das crises do período, com altas taxas de inflação e baixo crescimento do produto.

A década de 2000 marca a economia por já ter completado a fase de industrialização. A desigualdade de renda apresenta quedas nesse período. Dedecca, Trovão e Souza (2014), justificam uma melhor capacidade de gerar e redistribuir excedentes na economia.

As formas de análise utilizadas no artigo serão o coeficiente de Gini, e $R_{10+/40-}$, que indica a razão entre a média dos 10% mais ricos e 40% mais pobres, considerando ainda que esse indicador tem maior sensibilidade nas caudas da distribuição, considerando também a divisão em estratos crescentes de renda, para as análises necessárias.

A segunda seção desse artigo tem como objetivo discutir teoricamente desigualdade e equidade. Piketty (2014), traz uma análise através de dois pensamentos distintos,

o liberal e um tradicional esquerdista. O primeiro defendendo o livre mercado para que a mão-invisível gere o máximo de bem-estar para sociedade e o segundo implicando lutas de classe e intervenção do estado para alcançar uma melhora nos níveis de desigualdade.

A desigualdade pode ser entendida por vários olhares diferentes. Através da sociologia, a desigualdade é entendida como uma condição em que indivíduos tem poderes aquisitivos, forças políticas ou prestígio diferentes um dos outros. A sociedade igualitária, ou equidade seria uma sociedade em que os indivíduos teriam a mesma oportunidade sem nenhum tipo de discriminação.

A penúltima seção do artigo aborda um histórico de políticas macroeconômicas para redução da desigualdade no Brasil, como o Programa Bolsa Família, programas de valorização do salário mínimo, entre outros. Discutindo a eficácia ou falhas destes ao longo dos anos.

Tendo como hipótese a existência de um aumento da desigualdade de renda após o período estudado, por conta de crises políticas e macroeconômicas durante o governo Dilma, que agravaram a queda do crescimento e o aumento do desemprego, a última seção do artigo traz uma exposição geral do trabalho e as principais conclusões.

Breve panorama sobre as mudanças econômicas ocorridas no Brasil e a relação destas com as desigualdades sociais a partir de meados do século XX e XXI

Segundo Dedecca, Trovão e Souza (2014), o período pós-guerra, entre 1945 e 1980 foi marcado por elevadas taxas de crescimento com grande ampliação da desigualdade de renda corrente e uma pequena redução da pobreza, ressaltando ainda o grande processo de industrialização e urbanização pelo qual o Brasil passava nessa época.

Sobre o aumento da concentração de renda em 1960, Dedecca (2006), faz uma relação aos artigos de Langoni (1973) e Kuznets (1955), respectivamente, e considera que:

“O aumento expressivo da concentração da distribuição pessoal da renda observada nos anos 1960 teve sua justificativa ancorada no trabalho de Langoni (1973). Retomando os argumentos de Kuznets (1955), esse autor considerava que a concentração de renda decorria de um processo de desenvolvimento que gerava uma demanda acelerada por mão-de-obra de maior qualificação, cuja oferta não se encontrava disponível no mercado de trabalho. ”

Barros e Mendonça (1995a, apud Ramos e Mendonça, 2005), através dos critérios de *dominância de primeira e segunda ordem* estudaram o efeito conjunto da desigualdade de renda e das mudanças na renda média, bem como o nível de pobreza e bem-estar no país nas décadas de 1970 e 1960

Os autores constataram que o nível médio da renda cresceu 25% entre 1960 e 1970. O equivalente a 2,2% de crescimento ao ano. Porém, também afirmam que houve um aumento considerável no nível de desigualdade, com o índice de Gini em 1960, passando para 0,57 em 1970.

Ramos e Mendonça (2005), afirmam que o crescimento de cada estrato estudado foi de fato desigual durante a década de 1960. Considerando que os 10% mais ricos foram os mais afortunados durante o processo de crescimento, e atingiram uma taxa de aproximadamente 4% a.a., ou seja, o dobro da taxa de crescimento médio dessa década.

Como é possível observar na Tabela 1, Ramos e Mendonça (2005), mostram que os 10% mais ricos tiveram uma parcela total de renda apropriada no período entre 1960 e 1970 passando de 39,7% para 46,5% em oposição aos quatro estratos mais pobres, onde a variação foi de 11,6% para 10,0%.

No entanto, apesar dos autores constatarem que os pobres perderam uma grande participação na renda total na década de 1960 para 1970, além de crescerem menos, afirmam que quem menos pode usufruir do crescimento do período foi a população pertencente aos estratos dos décimos centrais, que por vezes, chegaram até a perder parte da renda média no período.

Tabela 1 Renda Média, Crescimento e Desigualdade nas Décadas de 1960 e 1970

	1960		1970		1960-1970		1980		1970-1980		1960-1980	
Décimos	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada
Primeiro	689	1,2	852	1,2	2,1	2,1	1.702	1,2	7,2	7,2	9,5	9,5
Segundo	1.366	2,3	1.506	2,1	1,0	1,4	2.929	2,0	6,9	7,0	7,9	8,5
Terceiro	2.013	3,4	2.203	3,0	0,9	1,2	4.256	3,0	6,8	6,9	7,8	8,1
Quarto	2.737	4,7	2.798	3,8	0,2	0,8	5.151	3,6	6,3	6,7	6,5	7,5
Quinto	3.621	6,2	3.687	5,0	0,2	0,6	6.363	4,4	5,6	6,3	5,8	6,9
Sexto	4.509	7,7	4.531	6,2	0,0	0,4	8.051	5,6	5,9	6,2	6,0	6,7
Sétimo	5.540	9,4	5.295	7,2	-0,5	0,2	10.345	7,2	6,9	6,4	6,4	6,6
Oitavo	6.387	10,9	7.307	10,0	1,4	0,5	14.254	9,9	6,9	6,5	8,4	7,0
Nono	8.648	14,7	11.126	15,2	2,6	1,0	22.161	15,4	7,1	6,7	9,9	7,8
Décimos	23.348	39,7	34.128	46,5	3,9	2,2	69.094	47,9	7,3	7,0	11,5	9,4
R (10+/40-)	-	13,7	-	18,6	-	-	-	19,7	-	-	-	-
C. de Gini	0,50	-	0,57	-	-	-	0,59	-	-	-	-	-
Renda Média	5.886	-	7.343	-	-	2,2	14.431	-	-	7,0	-	9,4
Dominância de primeira ordem	-	-	-	-	Indefinido	-	-	-	Melhora	-	Melhora	-
Dominância de segunda ordem	-	-	-	-	-	Melhora	-	-	-	Melhora	-	Melhora

Fonte: Barros e Mendonça (1995a, apud Ramos e Mendonça, 2005)

Deflator utilizado: IGPC-MT/INPC-R, conforme Barros et. al. (1995, apud Ramos e Mendonça, 2005)

Coeficiente de Gini: para 1960 e 1970, retirado de Langoni (1973, apud Ramos e Mendonça, 2005). 1980, retirado de Denslow e Tyler (1983, apud Ramos e Mendonça 2005).

Ramos e Mendonça (2005), não puderam concluir a respeito de uma significância de dominância de primeira ordem, ou seja, melhora de Pareto. Dessa forma, os autores não conseguem definir qual era a situação do bem-estar do brasileiro e o nível de pobreza no Brasil entre 1960 e 1970.

No que se refere ao “Milagre Brasileiro” dos anos 1970, os autores demonstram como um período de crescimento notável brasileiro, onde o nível de renda média aumentou 97% até 1980, equivalente a uma taxa de crescimento de 7% ao ano. Entretanto, tal expansão vem acompanhada de um pequeno incremento nos níveis

de desigualdade. Entre 1970 e 1980 o coeficiente de Gini passa para 0,59 e o $R_{10+/40-}$ passa de 18,6 para 19,7.

Da mesma forma que se observa na Tabela 1, Ramos e Mendonça (2005), também comentam sobre a apropriação de renda, em que os 10% mais ricos tem um aumento percentual de 1,4 ao mesmo tempo em que os 40% mais pobres tem sua fração diminuída para 9,7% durante essa década.

Para Oliveira (1993), o período compreendido entre 1950 e 1980 no Brasil mostra um padrão de crescimento muito distinto do que ocorreu nas economias internacionais. Em três décadas, o Brasil multiplicou seu PIB real por dez e também o PIB *per capita* por quatro.

Porém, apesar de avanços estruturais citados pela autora, tal crescimento não proporcionou uma distribuição equitativa para a população e manteve um grande número de brasileiros em situação de pobreza absoluta, resultado de uma extrema concentração de renda do país.

Segundo a autora, neste período ocorreu uma expressiva mudança no modelo produtivo brasileiro, de agrícola para industrial, a população que em 1950 era 60% empregada no setor de agropecuária, em 1980 estimava menos que 30%. Nesse mesmo período, a população urbana crescia 31,4%, por conta da empregabilidade nas indústrias.

De acordo com Oliveira (1993), a chamada Década Perdida, de 1980, agravou os problemas socioeconômicos, pois houve um esgotamento do padrão de crescimento muito elevado, somado ao problema político. A rigidez econômica imposta pelos governos ditatoriais desde 1960, como os consecutivos congelamentos de salários, retiraram ainda mais os direitos e liberdades do cidadão brasileiro na época.

Em seu estudo sobre pobreza, desigualdade e bem-estar, Ferreira e Litchfield (2000), mostram que a pobreza foi um problema crescente na década de 1980, apesar de seu comportamento parecer uma flutuação em relação ao nível de atividade da economia. As medidas de pobreza utilizadas pelos autores indicaram que houve um aumento durante a recessão no início da década e uma diminuição com o crescimento em seguida.

Novamente citando Dedecca, Trovão e Souza (2014), entre as décadas de 1980 e 1990, os problemas de cunho socioeconômicos são acentuados. Assim como os níveis de pobreza, a desigualdade social no Brasil cresce devido a uma estagnação da economia nesse período, com inflação elevada e baixo crescimento.

Ramos e Mendonça (2005), partindo das PNADs, observam que a renda domiciliar *per capita* de todas as fontes cresceu em torno de 11% entre 1981 e 1990, o equivalente a uma taxa média de crescimento de 1,2% ao ano. Os autores constatarem que, além do baixo crescimento da renda, durante a década perdida, há também um aumento no grau de desigualdade.

A fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos foi acrescida em aproximadamente 3%, chegando a 49,0%. Enquanto os 10% mais pobres perdem 1,4% da fração de renda apropriada, ficando com apenas 7,3%. O índice $R_{10+/40-}$ passa de 21,5 para 26,7 e o coeficiente de Gini também cresce de 0,58 em 1981 para 0,62 em 1990.

Tabela 2 Renda Média, Crescimento e Desigualdade nas Décadas de 1980 e 1990

Décimos	1981		1990		1981-1990		1992		2002		1992-2002		1981-2002	
	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Renda média	Porcentagem da renda apropriada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada	Taxa de crescimento da renda de cada décimo	Taxa de crescimento acumulada
Primeiro	27	0,9	23	0,7	-1,7	-1,7	19	0,7	29	0,8	4,3	4,3	0,9	0,9
Segundo	54	1,8	49	1,5	-1,1	-1,3	49	1,7	65	1,7	3,0	3,4	1,9	1,6
Terceiro	78	2,6	75	2,2	-0,6	-0,9	74	2,5	96	2,5	2,6	3,0	2,1	1,8
Quarto	105	3,4	103	3,0	-0,2	-0,6	103	3,5	131	3,4	2,4	2,7	2,2	2,0
Quinto	137	4,5	138	4,1	0,1	-0,4	137	4,7	171	4,5	2,3	2,6	2,3	2,1
Sexto	177	5,8	184	5,4	0,4	-0,1	178	6,1	224	5,8	2,3	2,5	2,3	2,2
Sétimo	233	7,7	248	7,3	0,7	0,1	233	8,0	291	7,6	2,3	2,4	2,2	2,2
Oitavo	322	10,6	352	10,4	1,0	0,4	314	10,7	399	10,4	2,4	2,4	2,2	2,2
Nono	499	16,4	562	16,5	1,3	0,7	477	16,3	617	16,1	2,6	2,5	2,1	2,2
Décimos	1.418	46,5	1.664	49,0	1,8	1,2	1.342	45,8	1.803	47,1	3,0	2,7	2,4	2,3
R (10+/40-)	-	21,5	-	26,7	-	-	-	21,8	-	22,4	-	-	-	-
C. de Gini	0,58	-	0,62	-	-	-	0,58	-	0,59	-	-	-	-	-
Renda Média	305	-	340	-	-	1,2	293	-	383	-	-	2,7	-	2,3
Dominância de primeira ordem	-	-	-	-	Indefinido	-	-	-	-	-	Melhorou	-	Melhorou	-
Dominância de segunda ordem	-	-	-	-	-	Indefinido	-	-	-	-	-	Melhorou	-	Melhorou

Fonte: Barros e Mendonça (2005, Tabela 14.2).

Deflator utilizado: IGPC-MT/INPC-R, conforme Barros et. al. (1995, apud Ramos e Mendonça, 2005).

Como é possível notar na Tabela 2, Ramos e Mendonça (2005), apontam que o baixo crescimento da década de 1980 foi distribuído de forma desigual, porém, diferentemente dos anos 1960, onde os que mais perderam renda foram os estratos

centrais, na década perdida a renda média que mais diminuiu, 1,7 pontos percentuais, foi a dos 10% mais pobres.

Ferreira e Litchfield (2000), também constata o aumento da desigualdade até meados da década de 1990. Os autores mostram que até 1993 houve aumento constante, e em 1995 um declínio. Porém, a desigualdade em 1995 ainda era maior que em 1981.

Para Dedecca, Trovão e Souza (2014), na década de 2000, o Brasil já havia consolidado o processo de industrialização e urbanização. Os autores argumentam que a queda da desigualdade nesse último período, pode ter se dado por conta de uma maior capacidade de gerar excedentes e redistribuí-los.

De todo modo, os autores ainda defendem que essa possibilidade é decorrida do poder de atuação da política pública, que contou com um momento de baixa inflação e um momento de expansão econômica, dinamizando o mercado formal de trabalho.

Sobre os aspectos macroeconômicos, Dedecca, Trovão e Souza (2014), apontam que entre 2000 e 2002 houve uma grande entrada de capitais estrangeiros no Brasil, com saldo positivo na conta capital e financeira do Balanço de Pagamentos e também redução no déficit em transações correntes. Essa mudança permitiu uma rápida diminuição das restrições externas por conta da crise cambial de 1999.

Ramos e Mendonça (2005), afirmam que o período entre 1992 e 2002 foi de grande expansão da renda média, crescendo em torno de 31% no período, o equivalente a 2,7% ao ano. Nesses dez anos, também há um leve aumento da desigualdade, como observado pelos autores no coeficiente de Gini, passando de 0,58 para 0,59 e a razão $R_{10+/40-}$ que era 21,8 no início do período e terminou em 22,4 em 2002.

Como é possível observar na Tabela 2, Ramos e Mendonça (2005), constata o que a fração da renda apropriada pelos 10% mais ricos cresceu de 45,8 pontos percentuais para 47,1%, enquanto os 40% mais pobres se mantêm relativamente estáveis com 8% da renda apropriada.

Os autores então concluem que nesse corte do tempo, entre 1981 e 2002, o crescimento beneficiou de certa forma todos os estratos da população e, portanto,

houveram dominâncias de primeira e segunda ordens, o que significa que no período estudado houve melhora no bem-estar, por conta do crescimento da renda.

Barros et al. (2006) mostra que entre 2001 e 2005, o Brasil teve uma de suas maiores quedas de desigualdade das últimas décadas. É possível notar uma diminuição real na desigualdade de renda através do coeficiente de Gini, que no período, recuou 4,6%. Os autores, porém, constataam que mesmo com esses avanços, o Brasil ultrapassou somente 5% dos países no *ranking* da desigualdade mundial e ainda assim, ocupa uma posição muito negativa no cenário mundial.

Apesar da forte queda no coeficiente de Gini, os autores mostram que o país continua com um nível de desigualdade muito elevado. Barros et al. (2006) afirma que em meados da década de 2000, os 10% mais ricos da população apropriam mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres apropriam menos de 10% da mesma.

Segundo Barros et al. (2006), a apropriação de renda por parte dos 20% mais pobres cresceu 0,5 pontos percentuais entre 2001 e 2005. E se mantida essa velocidade, seriam necessários quase 25 anos para que o Brasil alcançasse uma posição internacional pertinente com relação ao nível de renda *per capita* dos 20% mais pobres.

Entre 2003 e 2007, Dedecca, Trovão e Souza os saldos positivos nas transações correntes foram essenciais para a formação de reservas internacionais, que no período chegaram a ser maiores que o montante da dívida pública externa brasileira. Entretanto, os autores comentam que durante a crise de 2008, a situação das reservas internacionais se reverte, porém não houve queda no crescimento, como ocorreu em 1980, por falta de financiamento externos e divisas internacionais.

Dedecca, Trovão e Souza (2014), comentam que o período entre 2005 e 2008 foi marcado por uma forte liberação de crédito e incremento das políticas de renda, o que levou a economia brasileira ao crescimento, baseado no consumo das famílias, e dessa forma evitando uma crise econômica.

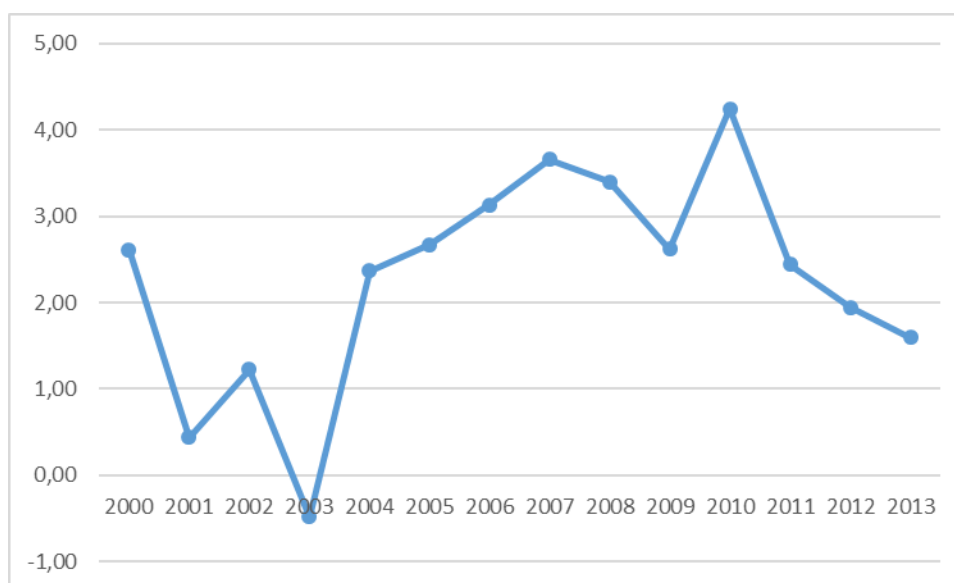
Os autores também evidenciam que o crescimento mais nítido no período, nos anos 2000, 2004 a 2008 e 2010, foram fortemente influenciados pelos investimentos feitos

no país, com exceção ao ano de 2005. Entre 2001 e 2003 também é primordial o aumento das exportações e diminuição das importações para a manutenção da taxa de crescimento do produto, mesmo que baixo.

Entre os anos de 2009 e 2012, com exceção de 2010, Dedecca, Trovão e Souza (2014), mostram que o consumo foi essencial para a sustentação do PIB, entretanto, os autores esclarecem que nos períodos de altos investimentos, o consumo também foi aumentado acima da média, mas inferior à taxa de crescimento do produto.

Dessa forma, Dedecca, Trovão e Souza (2014), concluem que as taxas de crescimento mais elevadas do PIB na década de 2000 estão correlacionadas com o investimento, por outro lado, os autores não negligenciam o fato de que o consumo (participação de 80% do PIB no período), foi capaz gerar produção, inclusive nos períodos de instabilidade econômica internacional, como em 2009.

Gráfico 1 Variação da Contribuição do Consumo Final das Famílias no PIB



Fonte: IPEA.

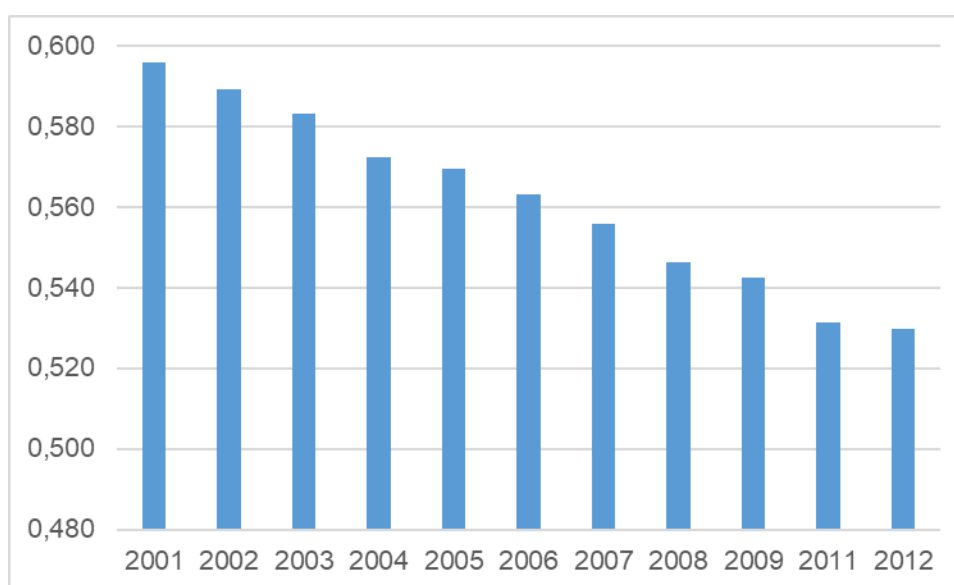
Nota: Calculada a partir da participação dos componentes no ano anterior (t-1) x taxa de crescimento anual em (t). Referência 2000.

Gráfico de elaboração pessoal.

Os autores, portanto, mostram que o consumo foi eficaz na medida em que foi base para o crescimento industrial e para a continuidade do crescimento, além de se tornar ainda mais expressivo com o aumento dos investimentos.

Entre 2001 e 2011, Dedecca, Trovão e Souza (2014), constataam uma redução pela metade no número de pessoas vivendo em condição de extrema pobreza. Com parâmetros de comparação no poder de compra do salário mínimo do período inicial corrigido pela inflação do intervalo total estudado. Os autores também evidenciam uma grande diminuição no número de pessoas pobres.

Gráfico 2 Evolução do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2012



Fonte: IPEA.

Gráfico de elaboração pessoal.

Medeiros e Souza (2016), mostram que entre 2006 e 2012 existe certa estabilidade em relação à desigualdade de renda, como aponta o coeficiente de Gini neste período, que apresenta baixas oscilações, de alta e baixa entre alguns anos. Contudo, os autores constataam os dados como estáveis.

Os autores também mostram que os 18% mais pobres, de renda zero ou extremamente baixa, e os 25% mais pobres não afetam a estabilidade da desigualdade no período estudado, mais sim os 5% mais ricos. Medeiros e Souza (2016), concluíram que sem a computação dos dados da população 5% mais rica, a estabilidade da desigualdade passa a ser uma relação de queda.

A partir de 2011, Dedecca, Trovão e Souza (2014), evidenciam que o desempenho do setor industrial se mostra abaixo do setor de serviços, que está em crescimento. Dessa forma, os autores ressaltam a vulnerabilidade do crescimento brasileiro,

carregado pelo consumo das famílias, relacionado à falta de reinvestimento na indústria.

Dedecca, Trovão e Souza (2014, p. 7), ainda relacionam o período às teorias Keynesianas:

“O crescimento da economia brasileira explicita uma das relações mais importantes apontada pela teoria keynesiana: a capacidade do investimento de ampliar a renda corrente. Keynes, na *Teoria geral*, já havia explicitado que as flutuações da renda corrente são altamente influenciadas pelas flutuações do investimento, o qual, por sua vez, é afetado pela expectativa de retorno e pela taxa de juros de referência.

Entretanto, em seu *A treatise on money*, Keynes ressalta a importância do ímpeto de investir ser acompanhado de uma expansão do crédito pelo sistema bancário. E nesse sentido que se evidencia a relevância não apenas da redução da taxa de juros de referência ao longo da década e da retomada do investimento, como também da política pública de fomento ao crédito produtivo.”

A partir de 2011, apesar da economia brasileira apresentar um resultado relativamente baixo, Dedecca, Trovão e Souza (2014), consideraram que tal desenvolvimento permitiu uma reestruturação do mercado de trabalho formal, bem como uma melhora na renda das famílias, de forma que favoreceu ainda mais aquelas dos estratos mais inferiores de distribuição.

Esse crescimento sustentou a criação e desenvolvimento de políticas públicas como o Programa Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a transferência de renda. Para Dedecca, Trovão e Souza (2014), os programas de ampliação de crédito e do emprego formal foram a explicação para a redução da desigualdade e da pobreza monetária, explicados por estes, como sendo problemas atenuados pelos problemas históricos e estruturais do Brasil.

Os conceitos teóricos de desigualdade e equidade

Segundo Dias (2012), desigualdade social pode ser caracterizada como uma condição em que os indivíduos possuem níveis de riqueza, poder ou prestígio diferentes. Essa situação pode ocorrer em qualquer sociedade, variando os graus de desigualdade.

O autor ainda implica que não é possível a existência de uma sociedade com membros completamente iguais, porém, o conceito de *sociedade igualitária*, apresentada por ele, refere-se a uma igualdade de oportunidades para todos os indivíduos na sociedade, sem nenhum tipo de discriminação.

Herculano (2006), mostra que igualdade é uma ideia muito presente na sociedade moderna. A autora cita como exemplo de formas desta os ideais da Revolução Francesa - igualdade, liberdade e fraternidade -, os lemas comunista e socialista e no modo de vida cotidiano.

A autora ainda comenta sobre a aspiração contemporânea da defesa da igualdade e das diferenças. Herculano (2006), explica que o modo de vida atual mostra uma influência popular muito maior para ditar moda, por exemplo, e cita como festas populares foram sendo aderidas aos calendários oficiais.

Da mesma forma, Herculano (2006), faz um paralelo com a política, afirmando que os partidos apresentam bandeiras que mostram à população que todos são iguais, porém diferentes, no caso de etnias, mulheres e etc., de forma a pedir direitos universais ao mesmo tempo em que se preservam as particularidades culturais de cada um dos grupos.

Ainda citando Herculano (2006), apesar de toda a força do ideal igualitário nos dias de hoje, ainda há hierarquias sociais e desigualdades socioeconômicas que se mantém. A autora afirma que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e apresenta um “funil” de oportunidades, acrescido por privilégios e poder de algumas classes sócias.

A autora comenta como exemplo, que sempre haverá canais de televisão abertos, porém, existe uma minoria que terá acesso aos canais privados, internet e outros

meios de comunicação que exigem do nicho que irá consumi-los, poder aquisitivo e conhecimentos extras como o da língua inglesa.

Para Piketty (2014), a desigualdade pode ser analisada de duas formas tradicionais na economia, uma mais liberal, esta indica que a iniciativa individual e as condições de mercado levariam à uma melhora na condição de vida dos indivíduos. Nesse caso, a participação do estado, com ações públicas de redistribuição de renda deveriam ser minimizadas, de forma a não interferirem no mercado.

Ainda citando Piketty (2014), a outra análise a ser feita acerca da desigualdade seria a tradicional de esquerda, esta afirma que somente as lutas sociais e as políticas públicas de redistribuição de renda são capazes de reduzir a desigualdade. Dessa forma, essa escola de pensamento indica grande dependência do estado para tal realização.

Porém, o autor cita certas convergências em ambas teorias, principalmente a respeito de princípios básicos de justiça social. Nesse caso, Piketty (2014), traz como exemplo o fato de que muitas vezes a desigualdade se deve, pelo menos em parte, por fatores fora do alcance dos agentes econômicos envolvidos, como desigualdade das dotações iniciais.

Coutinho (2013), afirma que o mercado de trabalho é uma das principais causas da desigualdade e que pode ser explicada, em partes, pela interação entre as curvas de oferta e demanda por postos de trabalho muito diferentes. O autor argumenta que uma das lutas principais do capitalismo está entre o capitalista, empresário tentando manter salários baixos e os sindicatos de trabalhadores tentando conseguir uma maior parcela de apropriação dos rendimentos do trabalho.

Dessa forma, Coutinho (2013), afirma que uma maior disputa por empregos entre os trabalhadores reduz o montante que os empregadores desejam pagar como salários, dado ainda o crescimento populacional, o que é um problema maior em economias em desenvolvimento do que desenvolvidas.

Por outro lado, o autor comenta que empregos que necessitam de uma maior especialização não estão fadados a um aumento de oferta, mas sim o oposto, e

contando também com uma alta demanda, o que encarece esse tipo de funcionário e promove a disparidade social.

Para Herculano (2004), existem também duas formas básicas de se analisar as divisões sociais, ou seja, como a sociedade se dispõe em certas camadas de poder, dinheiro ou prestígio. Para a autora, a primeira delas é o fato de que as diferenças se dão na origem, como as capacidades diferenciadas de cada indivíduo, que sendo próprias, são justificativas para as forças da sociedade.

A autora comenta sobre a hierarquização natural das sociedades, sejam elas feitas por idade ou gênero, a verticalização é comum até nas consideradas mais “primitivas”, como tribos, e isto marcaria uma lei universal das sociedades, provando dessa forma que a natureza é desigual.

A outra análise sobre as divisões sociais de Herculano (2006), traz a visão dos frutos das formas de exploração social de uns pelos outros que são contínuas ao longo do tempo, por herança social, por falta de movimentos políticos, por ideologias e processos históricos. Dessa forma, a autora explica que o indivíduo mais genial não conseguirá realizar muitos feitos caso não nasça em um berço de oportunidades.

Coutinho (2013), apresenta a educação como um fator fortemente relacionado com a desigualdade. O autor afirma que os indivíduos que têm acesso à educação são os que futuramente terão as parcelas mais significativas de riqueza. Considerando que o inverso também é verdadeiro, a menos que ocorram políticas redistributivas, Coutinho alega uma hereditariedade da falta de privilégios, assim como da desigualdade.

O autor também aponta a globalização como mais um estopim para a desigualdade. Coutinho (2013), expõe que a interação entre economias de países mais ricos e países mais pobres leva a uma maior transferência de renda, especialmente pelo comércio. Isso ocorreria por uma falta de regulamentação desse comércio por parte da OMC, fazendo com que as assimetrias entre os países ricos e pobres se fortaleçam, como a desigualdade no segundo.

Sobre tal comparações, Coutinho (2013, p.56) afirma que:

“[...] como os países industrializados trocam intensamente bens de alto valor agregado por commodities agrícolas de baixa ou nenhuma densidade tecnológica, tendem a se beneficiar com o passar do tempo, já que, como mostrou Raul Prebisch no século passado, os termos de troca se deterioram em desfavor dos exportadores de gêneros agrícolas. Há, contudo, quem, apostando em uma visão benigna e cosmopolita do livre comércio, defenda que a globalização é boa para todos: cada país alcançaria níveis maiores de eficiência em suas economias ao maximizar suas vantagens comparativas.”

Segundo Landes (1999), citado por Coutinho (2013), outras variáveis que podem estar correlacionadas a desigualdade são: gênero, cultura e etnia. O autor evidencia que mulheres negras ganham salários absurdamente inferiores à média em todo o planeta, porém mulheres brancas e ricas também recebem remunerações inferiores aos homens. O autor conclui que de todo modo indivíduos pertencentes a certos grupos, ou minorias tem maior propensão a serem mais pobres em todo o mundo.

Em última instância, Coutinho (2013) ainda cita como justificativa para a desigualdade a forma como a economia se desenvolveu ao longo de sua história, desde o processo de colonização, até industrialização e inserção internacional, com democratização do país. O autor argumenta que a forma como as riquezas foram distribuídas ao longo desse período, mais a criação de “instituições-chave”, pode ser a explicação para os níveis de desigualdade dos dias atuais.

A partir de Reinert (2007), Coutinho (2013), analisa que a riqueza de um país é histórica, adquirida a partir de um forte processo de industrialização, com base em inovação, através de intensiva participação do estado e de autoridades públicas, de forma a ter capacidade de exportar bens primários.

Partindo desse pensamento, Coutinho (2013), entende que:

“A desigualdade de hoje, nesse contexto, é resultado da acumulação da pobreza e das assimetrias que marcam um processo de desenvolvimento heterogêneo, enviesado e politicamente determinado por aqueles que cedo se tornaram ricos e dotados de poderio industrial.”

Coutinho (2013), fazendo uma releitura de Addison e Cornia (2001) e Cornia e Court (2001), apresenta a desigualdade em dois modelos, e o modo para combater os mesmos seriam diferentes, baseados em sua causa ou origem.

Uma origem “tradicional” da desigualdade se dá na concentração de terras e recursos naturais, bem como o acesso à educação e a alocação dos recursos públicos e investimentos. O autor evidencia que essas foram razões plausíveis para a desigualdade entre as décadas de 1950 e 1970 ao redor do mundo, porém argumenta que não é suficiente para explicar o aumento da desigualdade nos últimos anos.

A desigualdade gerada pelas “novas” causas, segundo Addison e Cornia (2001, apud Coutinho, 2013), estaria ligada aos avanços da tecnologia, que mudariam as habilidades demandadas no mercado de trabalho, e por consequência na distribuição de renda compatível aos operários, dependendo de sua qualificação.

Ramos e Mendonça (2005), mostram que a partir da metade da década de 1980, as explicações sobre causas e consequências da desigualdade debatidas nas décadas de 1960 e 1970 por Kuznetz e Langoni começam a ser abandonadas por falta de dados que comprovassem as teorias dos autores, que por vezes não podiam ser testadas.

Os autores explicam que as teorias de Langoni correlacionavam a educação e a desigualdade. Enquanto a teoria de Kuznetz entenderia a falta de qualificação como causadora de desequilíbrio no mercado de trabalho e por fim geraria desigualdade.

Contudo, Ramos e Mendonça (2005), afirmam que desde meados da década de 1980, existe um novo ângulo de pesquisa sobre a desigualdade de renda no país. Por conta do grande número de dados extraídos das PNADs e seu acompanhamento ao longo do tempo, e também por uma maior preocupação a respeito do entender da origem da desigualdade e suas variações.

Ramos e Mendonça (2005) apresentam então um modelo comum para estudo e entendimento da desigualdade, muito utilizado nos trabalhos acadêmicos dessa época. Este é dividido em quatro fatores:

- *Diferenciais compensatórios* – Salários Distintos são uma forma de compensação por qualidades dos postos de trabalho, por exemplo, riscos de acidentes e insalubridade.

- *Heterogeneidade dos trabalhadores* – Diferenças salariais podem se dar pela qualidade produtiva do trabalhador, pode-se levar em conta educação e experiência.
- Mercado de trabalho *segmentado* – Característica atribuída a mercados que pagam salários distintos a trabalhadores com a mesma produção, sem nenhum tipo de critério esclarecedor.
- *Discriminação* no mercado – Remunerações diferentes para trabalhadores com exatamente o mesmo nível de produção, com justificativa em critérios não-produtivos.

Em relação aos dois últimos fatores apresentados, Ramos e Mendonça (2005), alegam que o mercado se torna uma fonte para a desigualdade, e em contrapartida, os dois primeiros revelam a desigualdade já existente, entre postos de trabalho ou trabalhadores.

Ramos e Mendonça (2005), também constata a grande extensão de trabalhos acadêmicos com objetivo de investigar as causas da desigualdade brasileira entre os anos 1980 e 2002. Os autores comentam que aproximadamente 60% do total da desigualdade de renda do Brasil, pode ser explicado

Tabela 3 Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil

Fontes de desigualdade	Contribuição para a desigualdade total	Contribuição para a desigualdade devido a variações na renda do trabalho	Contribuição para a desigualdade devido a geração ou revelação pelo mercado de trabalho
Desigualdade Total	100	-	-
Desigualdade devido a variações na renda do trabalho	61	100	-
Desigualdade gerada e revelada pelo mercado de trabalho	44	72	100
Desigualdade gerada pelo mercado de trabalho	18	30	42
Discriminação	3	5	6
Segmentação	15	26	35
Desigualdade revelada pelo mercado de trabalho	25	42	58
Experiência no mercado de trabalho	3	5	6
Escolaridade	23	37	52
Outras fontes de diferenças na renda do trabalho	17	28	-
Desigualdade devido a variações em outras rendas e na composição da família	39	-	-

Fonte: Barros e Mendonça (2005, Tabela 14.4).

Nota: As somas expostas nessa tabela muitas vezes têm diferenças mínimas, dados os arredondamentos das casas decimais.

Para Ramos e Mendonça (2005), a principal fonte de desigualdade de renda dos brasileiros é a disparidade entre os níveis de escolaridade. Os autores apontam que se a heterogeneidade dos estudos fosse erradicada, a desigualdade de renda no país reduziria em aproximadamente 40%.

Os autores também concluem que o mercado de trabalho no Brasil funciona mais como *revelador* de desigualdades antes mesmo de se ingressar no mercado, do que um *gerador* de desigualdades.

Políticas públicas de redução de desigualdades sociais no Brasil

Segundo Cavalieri e Pazello (2014), as políticas sociais devem ser entendidas como todas as intervenções do setor público em áreas como saúde, educação, seguridade, emprego, assistência social, saneamento e habitação. Para as autoras, a justificativa da intervenção do Estado na economia está diretamente ligada à busca de eficiência na alocação de recursos, dessa forma, gerando equidade de renda e riqueza.

Sobre os planos econômicos Herculano (2006, p. 275) argumenta que:

“Planos são instrumentos para reduzir incertezas, superar problemas, escolhendo objetivos e traçando rumos/metast para alcançá-los. Os planos orientam-se por determinadas diretrizes políticas, desmembram-se em programas de ação, e seus objetivos mais amplos são decompostos em metas qualificáveis e em um cronograma de ação efetiva [...].”

Segundo Coutinho (2013), políticas de redução de desigualdade e pobreza podem ser tratados como objetivos independentes do crescimento, porém, é evidente que sociedades com melhores índices socioeconômicos tem um melhor desempenho do que as que são mais desiguais.

O autor ainda defende que a combinação de uma estratégia de combate à desigualdade e de intensificação do crescimento do produto seria mais desejável, pois uma melhora o desempenho da outra. Coutinho (2013), argumenta que políticas de transferência de renda, riqueza e oportunidades são eficazes se implementadas de forma correta.

Cavalieri e Pazello (2014), trazem como destaques nos gastos sociais do governo a previdência social, a área da saúde e educação. Somados os três itens, correspondem a 80% dos gastos totais com políticas sociais, com referência ao ano de 2003.

O Sistema Único de Saúde (SUS) engloba 50% dos gastos com saúde, esses são, em grande parte, diluídos entre estados e municípios. Para a educação, 70% dos gastos são destinados ao ensino superior. De acordo com as autoras, isso ocorre, pois, os ensinos fundamental e médio são funções dos estados e municípios.

O caso específico da Previdência Social, para Cavalieri e Pazello (2004), possui aspectos contributivos, uma vez que para usufruir do benefício, o indivíduo deve ter contribuído ou estar contribuindo para o sistema previdenciário. Porém, também possui características assistenciais, considerando que a previdência pode beneficiar indivíduos em grupos mais vulneráveis, de forma que esses recebam mais do que conseguiram contribuir.

Contudo, Cavalieri e Pazello (2014), avaliam o desempenho do caso brasileiro no desenvolvimento de políticas sociais como sendo muito precária, levando em consideração a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os estudos mostram que os programas sociais não são adequadamente focalizados e, portanto, os mais necessitados não seriam suficientemente representados.

Ramos e Mendonça (2005), pesquisando a década de 1990, concluem:

“ [...] vemos que o declínio no grau de desigualdade foi pouco relevante. Em particular, no que se refere ao Plano Real, as estimativas apresentadas não mostram qualquer evidência de que este tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução de oito pontos percentuais, [...] ”

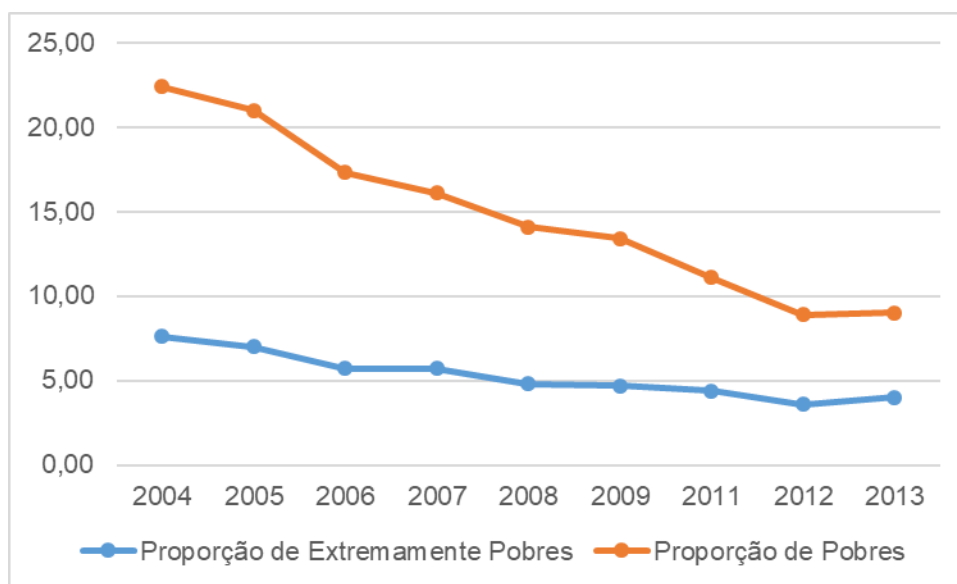
Segundo Dedecca (2006), programas sociais como o Bolsa Família, mesmo com seu grande volume de recursos e número de pessoas atendidas, tem um enfoque pontual e temporal de redução da pobreza. Porém, para o autor, o PBF tem uma função de redistribuição de renda quase nula.

O autor argumenta que o valor do benefício acompanha o nível de preços, e tem, muito provavelmente, seu valor nominal ajustado anualmente com objetivo de manter o poder de compra. O autor justifica que para que haja uma redistribuição de renda pessoal, de forma permanente, o PBF deveria ser reajustado anualmente acima da inflação, ou que fossem incorporados os ganhos reais substantivos do poder de compra do benefício.

Segundo Dedecca, Trovão e Souza (2014), as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda, somadas ao aumento do emprego formal na década de 2000, foram um grande avanço para a redução da desigualdade, pois de acordo com os autores, fortalecem ainda mais as famílias de baixa renda.

Ainda para Dedecca, Trovão e Souza (2014), programas de redistribuição de renda, como o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), instituído em 2011, com premissa de erradicar a condição de pobreza extrema no Brasil até 2014, também explica a queda da desigualdade e da pobreza no país.

Gráfico 3 Pobres e Extremamente Pobres - Linha de Pobreza Baseada no PBSM



Fonte: IPEA.

Gráfico de elaboração pessoal.

O PBSM tinha como objetivo reduzir a pobreza extrema no país através de uma garantia de renda mínima para famílias que recebiam até 70 reais *per capita*, dando assim, acesso aos bens e serviços públicos para essa população, segundo Dedecca, Trovão e Souza (2014).

Dedecca (2006), faz uma releitura de vários autores que trataram o entendimento da distribuição da renda e do crescimento econômico, assim como o aumento do bem-estar da população. O autor cita o artigo clássico de 1955 de Kuznetz, o artigo de 1973 de Langoni, entre outros.

A releitura do autor, mostra que Kuznetz (1955), e Langoni (1973), acreditavam que a diferença de distribuição se dava por conta de um mercado de trabalho que demandava uma mão-de-obra qualificada, dado o processo de desenvolvimento da economia, porém a oferta de trabalho é a de uma classe pouco instruída em sua

grande massa, e, portanto, os preços dos salários acabam por ter uma imensa diferença.

Para uma mudança no processo de distribuição de renda, Dedecca (2006) interpreta Kuznetz (1955):

“O autor considerava que a reversão do processo dependia de investimentos em educação, os quais permitissem melhorar a oferta e, portanto, elevassem a produtividade da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. Esse processo se traduziria em um maior prêmio em termos de remuneração do trabalho, assim como em mudanças positivas na distribuição pessoal de renda. ”

De forma sintética, o autor chega à conclusão que os debates econômicos na década de 1970 a respeito da distribuição da renda, não consideram que exista a possibilidade da redução da desigualdade de forma natural e espontânea no desenvolvimento econômico.

Coutinho (2013), faz uma releitura de Addison e Cornia (2001) e Cornia e Court (2001), e parte do entendimento da desigualdade “tradicional” e “nova” como problemas que devem ter planos de redução diferenciados, admitindo o pressuposto de que são de origens e causas diferentes.

Segundo Addison e Cornia (2001, p. 23 apud Coutinho, 2013, p.60), para combater a desigualdade “tradicional” é necessário pôr em prática uma reforma agrária que seja compatível aos incentivos econômicos, assim como uma tributação progressiva para a propriedade da terra e expansão de políticas de educação. Os autores também evidenciam a importância de políticas públicas em áreas de extrema pobreza, como implementação de sistema de água e esgoto, rede elétrica e infraestruturas que gerariam externalidades positivas significativas.

Addison e Cornia (2001, p.23 apud Coutinho, 2013, p. 61), também defendem a intervenção estatal em mercados de crédito e seguros, através de planos de microcrédito para aumentar a renda das famílias de estratos mais pobres, em especial mulheres que trabalham em áreas rurais. Os autores também afirmam a importância da criação de um mercado seguro para o desenvolvimento de pequenos e microempresários.

As “novas” formas de desigualdade, segundo Addison e Cornia (2001, p.23 apud Coutinho, 2013 p. 61), devem ser combatidas com políticas de redução dos diferenciais dos salários e novamente, a implementação de incentivos. Os autores portando, afirmam que devem ser adotadas políticas que reforcem a demanda do país, diferentemente de políticas ortodoxas de combate à inflação.

Os autores também sugerem uma maior proteção ao gasto público em favor dos pobres e investimentos em educação básica e técnica para que futuramente a oferta de trabalho qualificada seja maior e assim a renda mais bem distribuída. São importantes também políticas que evitem crises financeiras, para que se evite o aumento da desigualdade por conta de períodos de recessão.

Considerações Finais

Uma sociedade não pode ser completamente igual, pois todos os indivíduos não são iguais e especialmente, não têm as mesmas preferências. Contudo, o conceito de equidade deve ser entendido de forma diferente de igualdade. Uma sociedade equitativa é capaz de prover as mesmas oportunidades para todos, enquanto uma igualitária dá os mesmos bens, materiais e imateriais para todos, independentemente da necessidade individual.

A apropriação de renda no Brasil tem historicamente, levando-se em conta os dados das pesquisas apresentadas nesse trabalho, uma grande tendência de ter suas maiores frações distribuídas para as minorias mais ricas, este fato pode ser explicado por diversas teorias como diferenças educacionais entre os indivíduos, a inovação tecnológica e a exigência por maiores níveis de qualificação, fatores culturais, de gênero e étnicos, sendo os três últimos discriminatórios, pois não implicam na capacidade de produção do indivíduo.

Fatores históricos podem também ser considerados geradores de desigualdades de renda. Levando-se em conta que o Brasil foi um país que se formou baseado em mão-de-obra escrava, além de ser um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, sem dar condições ou direitos para que muitos ex-escravos, por lei considerados iguais, se tornassem iguais também social e economicamente.

Uma análise econômica sobre o conceito de desigualdade estudado nesse trabalho nos mostra que o mercado é capaz, através da mão invisível, ou *Laissez-Faire*, prover a igualdade entre os estratos sociais. Outra visão, mais desenvolvimentista, mostra a interferência do estado como sendo essencial para que se erradique a pobreza e a desigualdade.

Porém, o crescimento econômico no Brasil, um país considerado ainda em desenvolvimento, é relativamente instável. As análises feitas nesta monografia mostram que períodos de baixo crescimento e alta inflação promovem ainda mais desigualdade de renda, bem como redução do bem-estar. E dificilmente em situações de recessão, a economia brasileira teve sucesso em reduzir a pobreza para que alcançasse níveis mais aceitáveis.

Entre a década de 1980 e 1990, nota-se uma maior preocupação dos estudos econômicos em buscar o entendimento a respeito das origens e possíveis soluções para a desigualdade, de certa forma abandonando os conceitos anteriores de Kuznetz e Langoni, procurando um novo embasamento teórico e empírico, os ensaios também começaram a se voltar para o estudo do caso da pobreza no Brasil.

As políticas expansionistas de crédito durante a década de 2000 foram essenciais em vários aspectos. Estas possibilitaram uma queda considerável da desigualdade, bem como a redução da pobreza. No mesmo período ainda houve crescimento positivo e foi possível evitar os choques externos por conta da crise de 2008, através do consumo brasileiro, que instigou a indústria nacional no período.

Ainda deve-se mencionar a certa estabilidade da desigualdade de renda entre 2006 e 2012, comprovada por Medeiros e Souza (2016), e descrita nesse trabalho. Apesar desse fato, a pobreza extrema no país foi reduzida por meio de políticas de valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. Dessa forma, o papel do Estado na diminuição da desigualdade nesse período, se mostrou razoavelmente eficiente.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.
- CAVALIERI, Claudia; PAZELLO, Elaine. **Efeito Distributivo das Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- COUTINHO, Diogo R. **Direito, Desigualdade e Desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DEDECCA, Claudio. **A Redução da Desigualdade no Brasil: Uma Estratégia Complexa**. Brasília: IPEA, 2006.
- DEDECCA, Claudio; TROVÃO, Cassiano; SOUZA, Leonardo. **Desenvolvimento e Equidade: Desafios do Crescimento Brasileiro**. São Paulo: Cebrap, 2014.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia**. São Paulo: Pearson, 2012.
- HERCULANO, Selene. **Em Busca da Boa Sociedade**. Niterói: EdUFF, 2006.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F. **A Estabilidade da Desigualdade no Brasil Entre 2006 e 2012: Resultados Adicionais**. Brasília: IPEA, 2016
- OLIVEIRA, Jane. **O Traço da Desigualdade Social no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- RAMOS, Lauro; MENDONÇA, Rosane. **Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil**. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILELLA, André; CASTRO, Lavínia B.; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.